

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010

AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROMAR

INDICE:

1	Nota introdutória.....	2
2	Autoridade de Gestão do PROMAR – Organização e enquadramento estratégico	
	2.1 Organização da AG.....	4
	2.2 Missão e atribuições.....	5
3	Objectivos estratégicos e operacionais do Plano de Actividades e do QUAR	
	3.1 Objectivos estratégicos.....	13
	3.2 Objectivos operacionais.....	14
4	Auto-Avaliação	
	4.1 Quadro de avaliação global do QUAR.....	15
	4.2 Análise global do QUAR.....	16
	4.3 Proposta de menção de desempenho.....	21
	4.4 Taxa de realização dos objectivos.....	22
	4.5 Taxa de realização dos parâmetros.....	22
	4.6 Recursos humanos e financeiros.....	23
5	Sistema de Controlo.....	25
6	Conclusão.....	28

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010

AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROMAR

1 Nota introdutória

A Autoridade de Gestão do PROMAR (AG PROMAR) tem a natureza de estrutura de missão e é responsável pela gestão do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PO), designado PROMAR. No âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP) que define o quadro de apoio comunitário a favor do desenvolvimento sustentável do sector das pescas, o PROMAR foi aprovado pela Comissão Europeia. Este PO que tem um horizonte temporal limitado (2007 a 2013) é objecto de 3 avaliações: ex ante, intercalar e ex post, com o objectivo de melhorar a qualidade e a eficácia da intervenção do FEP. Anualmente, a AG PROMAR transmite, até 30 de Junho, à Comissão Europeia (CE) um relatório sobre a execução do PO no ano anterior, sendo os progressos realizados na execução do PO objecto de análise pela CE que toma uma decisão sobre o conteúdo do relatório de execução anual.

Apesar de a AG ter obrigações de avaliação, monitorização e de reporte, no âmbito do FEP, como referido no parágrafo anterior, também lhe é aplicável a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, pelo facto de integrar a administração directa do Estado.

Assim, em articulação com o Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho da Administração pública – SIADAP, instrumento de consolidação da cultura de avaliação do desempenho da Administração pública e de incentivo à maior qualidade da prestação dos serviços públicos e à maior eficiência dos recursos disponíveis, a AG PROMAR apresenta, relativamente ao ano 2010, o Relatório de actividades previsto na alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o qual integra a auto-avaliação do Serviço, em conformidade com o artigo 15º do mesmo diploma.

Atendendo à especificidade da natureza de estrutura de missão e à diminuta dimensão da AG PROMAR, o presente relatório tem que ser adaptado a esta realidade, centrando-se na actividade da Estrutura de Apoio Técnico da Autoridade de Gestão,

Uma das linhas fundamentais da intervenção da AG PROMAR, no decurso de 2010, foi a aceleração da operacionalização dos regimes de apoio, designadamente no que respeita à assunção de compromissos e à simplificação de procedimentos.

O canal privilegiado de divulgação aos agentes externos da legislação e documentação de suporte aos regimes de apoio, da programação financeira, de elementos de informação e publicidade é o site do PROMAR. Os Organismos Intermédios (OI) têm acesso a uma área reservada, onde podem consultar todos documentos orientadores disponibilizados pela AG tendo em vista a boa execução do PROMAR.

No site do Ministério da tutela, está disponível um portal onde os cidadãos podem colocar perguntas e sugestões ao PROMAR.

2 Autoridade de Gestão do PROMAR – Organização e enquadramento estratégico

2.1 Organização da AG

Em conformidade com o nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 128/2009, de 28 de Maio, a AG PROMAR tem natureza de estrutura de missão, a qual foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008, de 20 de Março 2008, publicada no Diário da República n.º 95 – 1ª série – de 16 de Maio 2008.

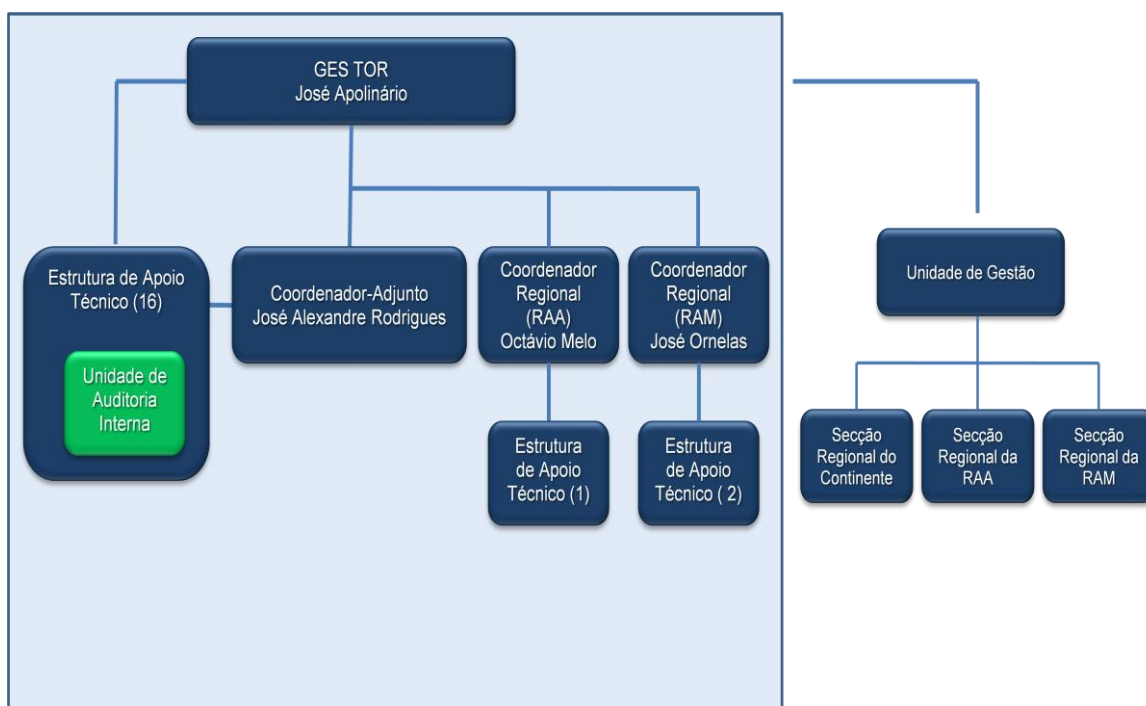
As funções da AG PROMAR são asseguradas por:

- Um gestor, coadjuvado por um coordenador adjunto e dois coordenadores regionais;
- Uma estrutura de apoio técnico;
- Uma Unidade de Gestão.

O gestor é, por inerência, o Director-Geral das Pescas e Aquicultura, e representa institucionalmente a AG PROMAR.

A fim de garantir a segregação das funções de auditoria interna, foi criada, dentro da estrutura de apoio técnico, uma unidade, chefiada por um chefe de projecto.

O organigrama da AG PROMAR é o seguinte:



A execução do PROMAR é ainda assegurada por Organismos Intermédios (OI), que actuam sob responsabilidade e supervisão da AG PROMAR e que celebrem, com o gestor, um contrato estabelecendo os procedimentos relativos ao exercício das respectivas funções, ao abrigo do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 80/2008, de 16 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 128/2009, de 28 de Maio.

São OI, para o Continente, as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), o Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas, I.P. (IFAP), para os Açores, o IFAP, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Gabinete de Economia Pesqueira (SRAM-GEP) e a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Gabinete de Certificação e do Mar (SRAM-GFC) e para a Madeira o IFAP/Departamento de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira (IFAP/DACM) e a Direcção Regional de Pescas (DRP) da Madeira.

São também OI, em todo o território nacional, os Grupos de Acção Costeira (GAC), reconhecidos, que eram em número de 7, no ano 2010.

O Programa Operacional PROMAR tomou a designação de PROPECAS na RA dos Açores e de PROMAR/Madeira na RA da Madeira.

2.2 Missão e atribuições

A missão da AG consiste em assegurar, de acordo com o princípio de boa governança, a gestão e a execução do Programa Operacional PROMAR, estruturado por 5 Eixos prioritários:

Eixo 1 – Adaptação do esforço de pesca;

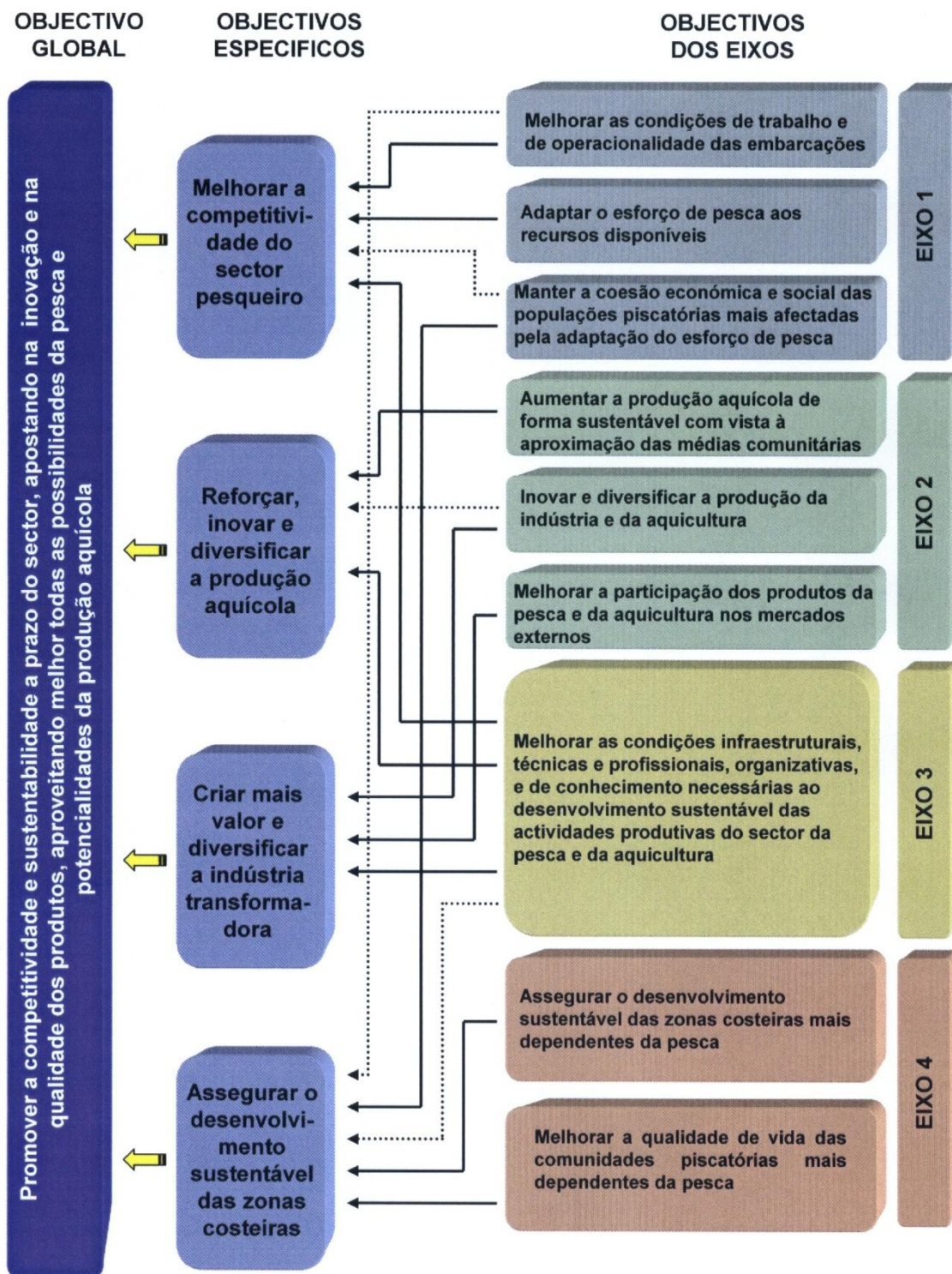
Eixo 2 – Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e Aquicultura;

Eixo 3 – Medidas de Interesse Geral;

Eixo 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca;

Eixo 5 – Assistência Técnica.

No gráfico seguinte estão referenciados e inter-relacionados o objectivo global, os objectivos específicos e os objectivos dos Eixos do Programa Operacional PROMAR:



A AG PROMAR tem as seguintes funções:

- 1) Assegura que as candidaturas sejam seleccionadas para apoio financeiro em conformidade com os critérios aplicáveis ao PROMAR e que cumpram as regras comunitárias e nacionais aplicáveis, durante todo o período da sua execução;
- 2) Assegura que sejam fornecidos os produtos e os serviços co-financiados e que as despesas declaradas pelos beneficiários foram realmente efectuadas, cumprindo as regras comunitárias e nacionais; as verificações no local de determinadas operações podem ser efectuadas por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- 3) Assegura que existe um sistema de registo e de armazenamento sob forma informatizada de registos contabilísticos de cada operação a título do PROMAR, em articulação com o IFAP, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação;
- 4) Assegura que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- 5) Assegura que as avaliações ex-ante e intercalar do PROMAR sejam realizadas em conformidade com as disposições do artigo 47.º do Regulamento (CE) 1198/2006, de 27 de Julho;
- 6) Estabelece procedimentos destinados a assegurar que todos os documentos relativos a despesas e auditorias necessários para garantir uma pista de auditoria adequada sejam conservados em conformidade com o disposto no artigo 87.º do Regulamento (CE) n.º 1198/2006;
- 7) Assegura que a autoridade de certificação e a autoridade de auditoria recebam todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação e à auditoria, respectivamente;
- 8) Orienta os trabalhos do comité de acompanhamento e fornece-lhe os documentos necessários para assegurar o acompanhamento, sob o ponto de vista qualitativo, da execução do PROMAR em função dos seus objectivos específicos;

- 9) Elabora e, após aprovação pelo comité de acompanhamento, apresenta à Comissão os relatórios anuais e finais sobre a execução;
- 10) Assegura o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos no artigo 51.º do Regulamento (CE) n.º 1198/2006.

Ao **Gestor** compete o exercício das seguintes funções, em conformidade com o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de Maio:

- 1) Propor ao membro do Governo responsável pelo sector das Pescas, no caso dos projectos localizados no Continente, a aprovação dos regimes de apoio, no âmbito de cada tipologia de investimentos susceptíveis de financiamento pelo PROMAR, e as orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas;
- 2) Decidir ou submeter uma proposta de decisão relativamente à concessão de apoio ao membro do Governo responsável pelo sector das Pescas, no caso dos projectos localizados no Continente, sobre as candidaturas a financiamento pelo PROMAR, tendo em conta as condições de admissibilidade e o mérito adequado à percepção do apoio financeiro, nos termos da regulamentação aplicável;
- 3) Assegurar a notificação dos promotores das propostas de decisão desfavorável, nos termos e para os efeitos previstos no Código do Procedimento Administrativo;
- 4) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- 5) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- 6) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- 7) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo

com as regras comunitárias e nacionais de execução;

- 8) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação, sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- 9) Assegurar a existência e o funcionamento do sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo PROMAR, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação;
- 10) Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a autoridade de certificação e a autoridade de auditoria recebem todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação e auditoria, respectivamente;
- 11) Assegurar a elaboração e execução do plano de comunicação do PROMAR e garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos nos normativos comunitários e nacionais;
- 12) Assegurar que as avaliações do PROMAR sejam realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis, e elaborar um plano de avaliação do PROMAR;
- 13) Submeter à apreciação do membro do Governo responsável pelo sector das Pescas propostas de revisão e de reprogramação do PROMAR;
- 14) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução, necessários à elaboração dos indicadores de acompanhamento e aos estudos de avaliação estratégica e operacional;
- 15) Assegurar a criação e a descrição de um sistema de gestão, bem como garantir a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas e estabelecer os procedimentos destinados a assegurar que todos os documentos relativos a despesas necessários para garantir uma pista de auditoria adequada sejam conservados em conformidade com o disposto no artigo

87º do Regulamento (CE) n.º 1198/2006, do Conselho, de 27 de Julho;

- 16) Orientar os trabalhos da CA e fornecer-lhe os documentos necessários para assegurar o acompanhamento, sob o ponto de vista qualitativo, da execução do PROMAR, em função dos seus objectivos específicos;
- 17) Assegurar a elaboração e, após aprovação pela comissão de acompanhamento do PROMAR, apresentar à Comissão Europeia os relatórios anuais e final de execução do PO;
- 18) Aprovar os modelos de contratos de financiamento relativos às operações aprovadas;
- 19) Emitir as autorizações de despesa relativas aos pedidos de pagamento dos apoios, assegurando que o promotor receba, na íntegra, o montante total do apoio, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/2008;
- 20) Participar nas reuniões da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, em razão das matérias;
- 21) Integrar as comissões de acompanhamento dos programas operacionais regionais do continente do QREN;
- 22) Praticar todos os demais actos necessários ao exercício das funções cometidas na regulamentação comunitária ou nacional à AG, bem como praticar os actos necessários à regular e plena execução do PROMAR.

O **coordenador adjunto** tem por função coadjuvar o gestor no exercício das suas funções e exercer as funções que lhe são delegadas por aquele;

Os dois **coordenadores regionais** (um da Região Autónoma dos Açores e outro da Região Autónoma da Madeira) têm por função providenciar para que, no âmbito das respectivas Regiões Autónomas, sejam optimizadas o exercício das competências de gestão do Programa Operacional PROMAR. Sem prejuízo das competências que lhes são delegadas pelo gestor, compete-lhes também:

- a) Assegurar a realização dos registos contabilísticos de cada operação e a recolha dos dados sobre do PROMAR;
- b) Apoiar o gestor no processo de avaliação intercalar do PROMAR;

- c) Assegurar que o gestor recebe todas as informações necessárias à realização das operações de controlo interno;
- d) Transmitir ao gestor todas as informações e fornecer-lhes os documentos necessários para assegurar o acompanhamento da execução do PROMAR;
- e) Propor ao membro do respectivo Governo Regional responsável pelo sector das pescas a aprovação dos regimes de apoio e as propostas de decisão referentes à concessão dos apoios, quando aplicável

À **Estrutura de Apoio Técnico (EAT)** que dá apoio técnico ao gestor e ao coordenador adjunto, sem prejuízo de outras atribuições que lhe venham a ser cometidas, compete prestar apoio técnico ao Gestor e Coordenador adjunto, mediante o exercício, designadamente das seguintes funções, em conformidade com o n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008, de 20 de Março de 2008:

- 1) Assegurar as funções de auditoria interna, com garantia da segregação de funções dentro da Estrutura de apoio técnico;
- 2) Verificar a conformidade das candidaturas apresentadas a financiamento, após obtenção dos pareceres técnicos, económico-financeiros e estratégicos pertinentes;
- 3) Prestar apoio à realização e acompanhamento das acções de divulgação;
- 4) Preparar as reuniões e deliberações do gestor e da UG;
- 5) Preparar as reuniões da CA e os documentos ou relatórios a apreciar;
- 6) Assegurar que os processos relativos a cada projecto são organizados de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias do PROMAR, nomeadamente os manuais de procedimentos adoptados;
- 7) Assegurar que a instrução e a apreciação das candidaturas de projectos são efectuadas de acordo com as disposições previstas nos respectivos regimes de apoio;
- 8) Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projecto, a efectuar pela entidade executora durante os anos indicados, tem coberturas nas dotações nacionais e comunitárias previstas no PROMAR;
- 9) Participar no desenvolvimento e na implementação do sistema de informação em articulação com a DGPA;
- 10) Assegurar que são verificados os elementos de despesa relativos aos projectos e acções aprovados, nas suas componentes documental, financeira e material;
- 11) Tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físico e financeiro do PROMAR em articulação com os OI;

- 12) Preparar os pedidos de pagamento da contribuição comunitária;
- 13) Preparar as alterações programáticas ou financeiras ao PROMAR;
- 14) Prestar apoio à preparação dos relatórios de execução, anual e final, do PROMAR.

A EAT integra um chefe de projecto da unidade de auditoria interna, 11 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos.

Compete à Autoridade de Gestão, através do **Controlo Interno**, enquanto Unidade segregada, acompanhar e supervisionar as funções delegadas e a matéria protocolada com os Organismos Intermédios, de forma a assegurar que as mesmas são correctamente executadas.

A **Unidade de Gestão** (UG) é o órgão com natureza consultiva da AG PROMAR.

3 Objectivos estratégicos e operacionais do Plano de Actividades e do QUAR

3.1 Objectivos estratégicos

Objectivos estratégicos (OE)

OE1 – Contribuir para a optimização do desenvolvimento do sector pesqueiro, através da boa execução financeira e da divulgação dos apoios

Melhorar as condições e competitividade do sector da pesca, quer a nível europeu quer a nível mundial através do desenvolvimento de intervenções e projectos em cada subsector de actividade, que possam otimizar os recursos financeiros disponíveis no PROMAR.

Neste contexto, é fundamental que os instrumentos financeiros previstos no PROMAR venham ao encontro da definição das políticas e oportunidades no sector e que das mesmas seja feita uma eficaz divulgação da actividade e dos apoios disponíveis, num processo de envolvimento crescente dos agentes económicos do sector.

Em 2010, concorrem directamente para a concretização deste Objectivo a publicitação dos relatórios que se elaboram relativamente aos Programas. Acresce a colocação no site de um documento que contempla as “perguntas mais frequentes” tornando mais eficaz a utilização das novas tecnologias.

OE2 – Promover a simplificação e modernização administrativa

Num quadro de restrição orçamental e de racionalização dos recursos humanos, a simplificação e modernização dos circuitos processuais assume um particular relevo em qualquer estrutura organizativa, sendo um factor-chave na concretização dos seus objectivos.

Racionalizar e simplificar os procedimentos reduzindo os circuitos, desmaterializando processos e optando pelas formas de comunicação mais rápidas, eficientes e de menor custo, de modo a contribuir para uma maior eficiência e qualidade dos serviços prestados. Trata-se de estimular o voluntarismo e o empreendedorismo dos agentes económicos do sector da Pesca, reduzindo os custos de contexto e facilitando o seu interface com a Administração Pública.

OE3 – Desenvolver a qualidade dos recursos humanos

Valorizar os recursos humanos através da concretização de programas de formação interna e externa que visem a melhoria do seu desempenho e contribuam para a sua satisfação ao nível pessoal e profissional, é um princípio fundamental do sucesso das organizações, através de um envolvimento mais dinâmico da equipa de colaboradores que integra a Autoridade de Gestão, expressão de um quadro de motivação e de empenho em todas as tarefas que lhe são atribuídas.

3.2 Objectivos operacionais

O QUAR da AG PROMAR para 2010 integrou oito objectivos operacionais, sendo quatro de eficácia, dois de eficiência e dois de qualidade. Para esses oito objectivos foram estabelecidos dez indicadores de desempenho.

Objectivos Operacionais (OB)	Relação com os objectivos estratégicos	Tipo de indicador
OB1 – Promover a divulgação dos apoios do PROMAR	OE1	Eficácia
OB2 – Melhorar o nível de taxa de compromisso e de execução do PROMAR	OE1	Eficácia
OB3 – Optimizar o prazo de resposta aos pedidos de informação de outros organismos	OE1; OE2	Eficácia
OB4 – Encerramento do Programa MARE	OE1	Eficácia
OB5 – Simplificar os circuitos de procedimentos	OE2	Eficiência
OB6 – Disponibilizar atempadamente a informação para acompanhamento de reuniões no contexto nacional e comunitário	OE1, OE2	Eficiência
OB7 – Assegurar a supervisão e o acompanhamento das funções exercidas pelos OI	OE1, OE2	Qualidade
OB8 – Desenvolver a gestão de competências dos recursos humanos	OE3	Qualidade

A auto-avaliação do grau de cumprimento do QUAR deve integrar o relatório de Actividades, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o respectivo QUAR. É o que se apresenta no capítulo 4.

4 Auto-Avaliação

4.1 Quadro de avaliação global do QUAR

Objectivos Operacionais					
EFICÁCIA					40%
OB1. Promover a divulgação dos apoios do PROMAR					25%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 1. Nº de relatórios e outros documentos divulgados	2	50.0%	2	100%	Atingiu
Ind 2. Colocação de perguntas mais frequentes no site do PROMAR	[170,190]	50.0%	181	94%	Atingiu
OB2. Melhorar o nível da taxa de compromisso e de execução do PROMAR					25%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 3. Taxa de compromisso da despesa pública (aprovações/programação até 2010)	[65%,75%]	50.0%	87%	116%	Superou
Ind 4. Taxa de execução da despesa pública (execução/programação até 2010)	[25%,35%]	50.0%	32%	91%	Atingiu
OB3. Optimizar o prazo de resposta aos pedidos de informação de outros organismos					25%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 5. Nº de dias úteis, em média para respostas às solicitações dos organismos intermédios	[8,12]	100.0%	8	100%	Atingiu
OB4. Encerramento do Programa MARE					25%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 6. Entrega do relatório final do MARE	[26 Março,5 Abril]	100.0%	24 de Março	102%	Superou
EFICIÊNCIA					35%
OB5. Simplificar os circuitos de procedimentos					50%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 7. Nº de Procedimentos internos de simplificação criados ou reformulados	[2,4]	100.0%	7	175%	Superou
OB6. Disponibilizar atempadamente a informação para o acompanhamento de reuniões no contexto nacional					50%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 8. Tempo médio de antecedência na disponibilização ao Gestor, de informação de apoio à participação em reuniões a nível nacional e comunitário	[2,3]	100.0%	8	267%	Superou
QUALIDADE					25%
OB7. Assegurar a supervisão e o acompanhamento das funções exercidas pelos OI					50%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 9. Percentagem de OI supervisionadas em relação ao total de OI	[25%,35%]	100.0%	33.4%	95%	Atingiu
OB8. Desenvolver a gestão de competências dos recursos humanos					50%
Indicadores	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização	Classificação
Ind 10. Percentagem de funcionários beneficiários de acções de formação	[25%,35%]	100.0%	82%	234%	Superou

Objectivos mais relevantes

	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objectivos no respectivo parâmetro	Peso de cada objectivo na avaliação final
Eficácia	0,40		
O1.		0,25	0,10
O2.		0,25	0,10
O3.		0,25	0,10
O4.		0,25	0,10
Eficiência	0,35		
O5.		0,50	0,18
O6.		0,50	0,18
Qualidade	0,25		
O7.		0,50	0,13
O8.		0,50	0,13
Avaliação final	1,00		1,00

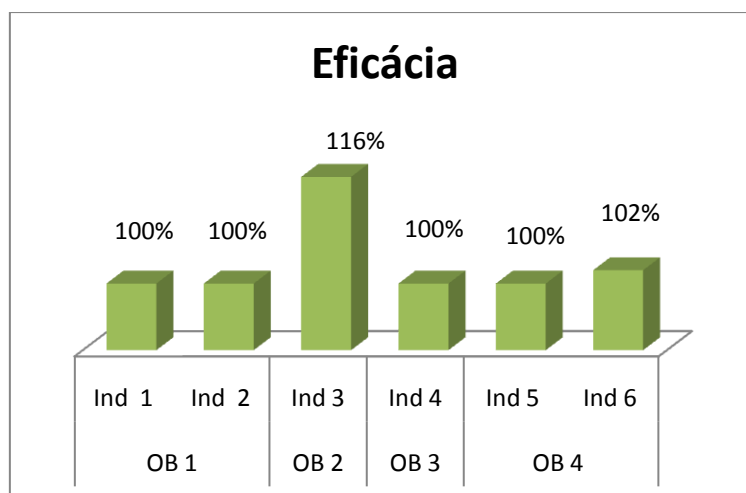
Os objectivos 5 a 8 são os mais relevantes, perfazendo uma percentagem superior a 50% e foram todos atingidos.

4.2 Análise global do QUAR

EFICÁCIA

Para uma ponderação de 40%, o parâmetro da eficácia alcançou globalmente 41%.

Apresenta-se um gráfico com as taxas de execução dos objectivos que contribuíram para este parâmetro. O indicador 3 – Taxa de compromisso da despesa pública (aprovações/programação até 2010) - foi o que maior taxa de execução alcançou.



Objectivo nº 1.....Tipo: Eficácia	Ponderação 25%
Promover a divulgação dos apoios do PROMAR	

Indicador 1	A	B	Classificação
Peso 50%	Meta	Realizado	
Nº de relatórios e documentos divulgados	2	2	Atingiu

Análise: Foram divulgados no site da DGPA, para conhecimento do público em geral e das autoridades públicas, relatórios com informação sobre o PROMAR, concretamente, o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas e o Plano de Actividades relativo a 2010. Assim, foi alcançado o objectivo proposto.

Indicador 2	A	B	Classificação
Peso 50%	Meta	Realizado	
Colocação de perguntas mais frequentes no site do PROMAR	[179,190]	181	Atingiu

Análise: Iniciou-se a publicitação de perguntas mais frequentes relativos ao PROMAR, no site da DGPA, no dia 30 de Junho de 2010, tendo assim sido alcançado o objectivo fixado.

Objectivo nº 2.....Tipo: Eficácia	Ponderação 25%
Melhorar o nível de taxa de compromisso e execução do PROMAR	

Indicador 3	A	B	Classificação
Peso 50%	Meta	Realizado	
Taxa de compromisso da despesa pública (aprovações/programação até 2010)	[65%,75%]	87%	Superou

Análise: A dinâmica positiva registada em 2010, traduzida em iniciativas tomadas em sede de gestão do PROMAR, reflectiu-se no ritmo de aprovações, tendo a taxa de compromisso da despesa pública do PROMAR sido de 87%. Assim, a meta fixada foi superada.

Indicador 4	A	B	Classificação
Peso 50%	Meta	Realizado	
Taxa de execução da despesa pública (execução/programação até 2010)	[25%,35%]	32%	Atingiu

Análise: A aceleração dos processos de pagamento aos beneficiários, por via de uma articulação eficaz entre a AG e o IFAP, na qualidade de Organismo Intermédio no domínio da contratação e dos pagamentos, permitiu alcançar uma taxa de execução pública de 32%, no final de 2010. A meta prevista foi alcançada.

Objectivo nº 3.....Tipo: Eficácia	Ponderação 25%
Optimizar o prazo de resposta aos pedidos de informação de outros organismos	

Indicador 5 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Nº de dias úteis, em média para respostas às solicitações dos organismos intermédios	[8,12]	8	Atingiu

Análise: A média dos dias úteis decorridos entre a recepção de um pedido de informação apresentado por um Organismo Intermédio e o envio de uma resposta, utilizando uma amostra dos pedidos registados no sistema de gestão documental, foi de 8 dias, pelo que o objectivo previsto foi alcançado.

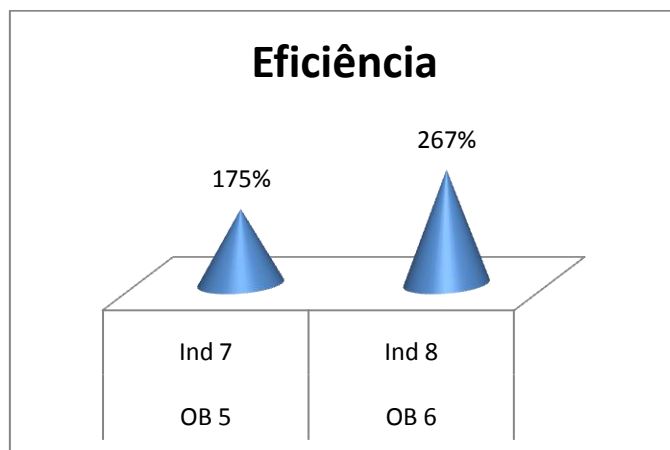
Objectivo nº 4.....Tipo: Eficácia	Ponderação 25%
Encerramento do programa MARE	

Indicador 6 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Entrega do relatório final do MARE	[85,95]	83	Superou

Análise: A Estrutura de Apoio Técnico entregou ao Gestor do MARE a versão final elaborada por si a 24 de Março 2010. A partir dessa data, resultante da mudança de equipa dirigente da AG, ocorrida em Janeiro de 2010, a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, interlocutora do FEP, passou a coordenar o encerramento do PO MARE. Por esta circunstância, não prevista inicialmente, a fonte de verificação da entrega do relatório final do MARE é alterada, passando a ser comprovativo da “Entrega do Relatório final do MARE”, o Relatório final, datado, entregue pela EAT ao Gestor do MARE. O referido relatório final do MARE entregue pela EAT ao Gestor tem data de 24 de Março 2010. Assim, nas circunstâncias descritas, foi superado o objectivo previsto.

EFICIÊNCIA

Para uma ponderação de 35%, o parâmetro da eficiência alcançou globalmente 77%. Apresenta-se um gráfico com as taxas de execução dos objectivos que contribuíram para este parâmetro.



Ambos os objectivos/indicadores foram superados, contribuindo para o resultado deste parâmetro.

Objectivo nº 5	Tipo: Eficiência	Ponderação 50%
Simplificar os circuitos de procedimentos		

Indicador 7 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Nº de procedimentos internos de simplificação criados ou reformulados	[2,4]	7	Superou

Análise: No sentido de agilizar a gestão do PROMAR, foram implementados, em 2010, procedimentos que dispensam certos formalismos cujo ónus recaía não só sobre as entidades responsáveis pela administração do PO como sobre os beneficiários. Assim, tendo sido implementados 7 novos procedimentos, o objectivo foi superado.

Objectivo nº 6	Tipo: Eficiência	Ponderação 50%
Disponibilizar atempadamente a informação para o acompanhamento de reuniões no contexto nacional		

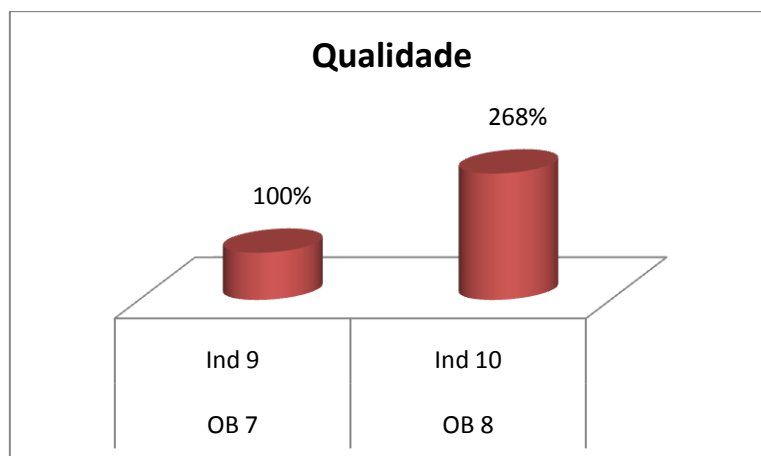
Indicador 8 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Tempo médio de antecedência na disponibilização ao Gestor, de informação de apoio à participação em reuniões a nível nacional e comunitário	[2,3]	8	Superou

Análise: A meta fixada foi cumprida. A informação necessária para as reuniões da Comissão de Acompanhamento do PROMAR e para o Encontro Anual com a Comissão Europeia foi disponibilizada ao Gestor com uma antecedência média de 8 dias. Assim, o objectivo previsto foi superado.

QUALIDADE

Para uma ponderação de 25%, o parâmetro da eficiência alcançou globalmente 45%.

Apresenta-se um gráfico com as taxas de execução dos objectivos que contribuíram para este parâmetro.



O indicador que mais contribuiu para o bom resultado foi o 10º - Percentagem de funcionários beneficiários de acções de formação.

Objectivo nº 7	Tipo: Qualidade	Ponderação 50%
Assegurar a supervisão e o acompanhamento das funções exercidas pelos OI		

Indicador 9 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Percentagem de OI supervisionadas em relação ao total de OI	[25%,35%]	33,4%	Atingiu

Análise: A auditoria do PROMAR tem como objectivo assegurar que o sistema de gestão, no seu conjunto funciona eficazmente, mediante a verificação do cumprimento, pelos intervenientes na gestão e execução do PROMAR, das regras comunitária e nacionais

estabelecidas, no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP) e do PROMAR, e dos procedimentos instituídos pela Autoridade de Gestão.

De um total de 18 organismos intermédios, foram objecto de controlo interno seis: as Direcções Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, bem como, a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e o IFAP enquanto organismo intermédio.

Assim, o objectivo foi atingido.

Objectivo nº 8	Tipo: Qualidade	Ponderação 50%
Desenvolver a gestão de competências dos recursos humanos		

Indicador 10 Peso 100%	A	B	Classificação
	Meta	Realizado	
Percentagem de funcionários beneficiários de acções de formação	[25%,35%]	93,75%	Superou

Análise: De um total de dezasseis funcionários do PROMAR, quinze frequentaram acções de formação, pelo que, o objectivo foi superado, com uma realização de 93,75%.

4.3 Proposta de menção do desempenho

Verifica-se que dos 10 objectivos fixados para o QUAR do PROMAR, 5 foram superados e 5 foram atingidos.

Nos parâmetros:

“Eficácia”, 2 objectivos foram superados e 4 atingidos;

“Eficiência”, os 2 objectivos foram superados;

“Qualidade”, 1 objectivo foi superado e o outro atingido.

Avaliação final do serviço		
Ponderação 40%	Ponderação 35%	Ponderação 25%
41.04%	77.29%	45.41%

Avaliação final do serviço		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
164%		

Tendo sido atingidos todos os objectivos e sendo o resultado global do PROMAR 164%, o desempenho final do PROMAR foi BOM.

4.4 Taxa de realização dos objectivos

	Previsto	Realizado	
Eficácia	100%	103%	Superou
OB1 – Promover a divulgação dos apoios do PROMAR	100%	100%	Cumpriu
OB2 – Melhorar o nível de taxa de compromisso e de execução do PROMAR	100%	108%	Superou
OB3 – Optimizar o prazo de resposta aos pedidos de informação de outros organismos	100%	100%	Cumpriu
OB4 – Encerramento do Programa MARE	100%	102%	Superou
Eficiência	100%	221%	Superou
OB5 – Simplificar os circuitos de procedimentos	100%	175%	Superou
OB6 – Disponibilizar atempadamente a informação para acompanhamento de reuniões no contexto nacional e comunitário	100%	267%	Superou
Qualidade	100%	182%	Superou
OB7 – Assegurar a supervisão e o acompanhamento das funções exercidas pelos OI	100%	100%	Cumpriu
OB8 – Desenvolver a gestão de competências dos recursos humanos	100%	268%	Superou

4.5 Taxa de realização dos parâmetros

Parâmetros	Previsto	Realizado	
Eficácia	40%	41%	Superou
Eficiência	35%	77%	Superou
Qualidade	25%	45%	Superou

4.6 Recursos humanos e financeiros

Recursos Humanos

Recursos Humanos - 2010	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	40	40	0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	16	16	0
Técnico Superior	12	144	108	-36
Coordenador Técnico	9	0	0	0
Informáticos	9	0	0	0
Assistente Técnico	8	32	32	0
Assistente Operacional	5	0	0	0
Total		232	196	-36

Nº de Efectivos no Organismo	31-12-2009	31-12-2010
Nº de efectivos a exercer funções na Autoridade de Gestão	16	16

Este quadro apresenta a situação planeada quanto aos recursos humanos, quando da elaboração do QUAR e a situação existente em 31 de Dezembro de 2010. Verifica-se que houve um decréscimo de 36 pontos correspondendo a uma saída de 3 técnicos superiores.

Ocorreram 4 entradas e 4 saídas de pessoal:

- As entradas de pessoal repartiram-se por comissão de serviços (Coordenador-Adjunto e Chefe de Projecto), mobilidade interna (1 técnica superior) e por despacho de transição do Maris para o PROMAR (1 assistente técnica).
- As saídas de pessoal foram motivadas por rescisão por iniciativa própria (3 técnicos superiores) e exoneração a pedido do próprio (Coordenador-Adjunto).

O quadro de pessoal da AG PROMAR, em 2010, era caracterizado por:

- Idade Média etária é de 44 anos;
- O quadro de pessoal é composto na sua maioria por técnicos superiores (60%);
- Mais de metade dos colaboradores é do sexo feminino, cerca de 73%;

Recursos Financeiros

	Orçamento	Realizado	Desvio
Aquisição de bens e serviços	408 000	52.883,03	-355.116,97
Despesas com o Pessoal	674 000	632.331,43	-41.668,57
Outras despesas correntes	18 000	0,00	-18.000,00
Total (PIDDAC)	1 100 000	685.214,46	-414.785,54

Quanto aos recursos financeiros utilizados, o quadro apresentado compara o previsto com o realizado, indicando-se para cada rubrica, os desvios verificados, sendo que, para cada caso, esse desvio é para menos, resultando num desvio total de 414.785,54€.

O desvio mais significativo corresponde à rubrica de Aquisição de bens e serviços, tendo por justificação as restrições orçamentais introduzidas no 2º semestre de 2010, o que conduziu, nomeadamente, à impossibilidade de ser adjudicado em 2010 o estudo da Avaliação Intercalar, cuja despesa correspondente tinha sido orçamentada para 2010.

5 Sistema de controlo

Através do conjunto de diplomas que a seguir se enunciam encontram-se estabelecidos um conjunto de regras e procedimentos que visam assegurar uma gestão eficaz e eficiente e simultaneamente salvaguardar a utilização correcta e transparente dos fundos públicos. Assim são relevantes para o Programa Operacional:

- **REGULAMENTO (CE) N.º1198/2006 DO CONSELHO DE 27 DE JULHO**, relativo ao Fundo Europeu das Pescas;
- **REGULAMENTO (CE) N.º498/2007, DA COMISSÃO, DE 26 DE MARÇO**, que estabelece as normas de execução do regulamento (CE) n.º 1198/2006 relativo ao Fundo Europeu das Pescas;
- **REGULAMENTO (CE) Nº2035/2005, DA COMISSÃO, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005** que altera o Regulamento (CE) n.º1681/94 relativo às irregularidades e à recuperação dos montantes pagos indevidamente no âmbito do financiamento das políticas estruturais, assim como à organização de um sistema de informação nesse domínio;
- **O DECRETO-LEI Nº 80/2008, DE 16 DE MAIO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 128/2009, DE 28 DE MAIO**, que define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013,
- **RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº79/2008, DE 16 DE MAIO**, cria a estrutura de missão para o Programa Operacional Pesca.

O conjunto de procedimentos que decorre deste dispositivo regulamentar que a seguir se elenca constitui um quadro consistente de prevenção de riscos.

- **Unidade de Controlo Interno**

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008, de 20 de Março, que criou a Estrutura de Missão para o PROMAR, adiante designada por Autoridade de Gestão (AG), compete à Estrutura de Apoio Técnico (EAT) assegurar as funções de auditoria interna do PROMAR.

A auditoria interna do PROMAR referida anteriormente tem como objectivo assegurar que o sistema de gestão, no seu conjunto, funciona eficazmente, mediante, designadamente, a verificação do cumprimento, pelos intervenientes na gestão e execução do PROMAR, das

regras comunitárias e nacionais estabelecidas, no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP) e do PROMAR, e dos procedimentos instituídos pela Autoridade de Gestão.

Os procedimentos de controlo a executar estão estabelecidos no Manual de Procedimentos de Controlo Interno do PROMAR.

Para além da Autoridade de Gestão, a execução do PROMAR é ainda assegurada por organismos intermédios (OI's) que no exercício das suas funções, actuam sob a responsabilidade e supervisão da Autoridade de Gestão. Nestas circunstâncias cabe à Autoridade de Gestão, através do Controlo Interno, enquanto Unidade Segregada acompanhar e supervisionar as funções delegadas e a matéria protocolada de forma a assegurar que as mesmas são correctamente executadas.

- **Segregação de Funções**

O PROMAR tem implementado um sistema segregação de funções, que pode ocorrer ao nível do projecto, da medida ou eixo, assegurado através de despachos internos de afectação de pessoal ou elaboração de matriz de afectação de pessoal, em que constam, os técnicos que intervêm nas 3 fases das operações (análise de candidaturas, verificações administrativas e verificações no local)

Esta segregação constitui por si só uma mais valia na garantia da legalidade, regularidade e boa gestão.

- **Quadro de prevenção de riscos**

Foi elaborado um Plano de Gestão de Riscos e Infracções Conexas em Fevereiro de 2010. Em Maio de 2011 foi efectuado, por parte da AG, o primeiro relatório de acompanhamento do referido plano, tarefa que será prosseguida pela estrutura segregada de controlo.

No decorrer da elaboração do Plano referido anteriormente, foi valorizada a elaboração de manuais de procedimentos internos visando a definição e formalização das diferentes tarefas, conferencias e controlo.

- **Auditorias de entidades externas**

A Autoridade de Gestão, quer ao nível do sistema de gestão, quer ao nível das operações apoiadas no âmbito do PROMAR, tem sido submetida a um controlo regular por parte do Tribunal de Contas Europeu e Nacional, Inspeção Geral de Finanças (enquanto Autoridade de Auditoria) e Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (enquanto Estrutura Segregada de Auditoria que integra o IFAP).

- **Sistemas de Informação**

No que se refere aos sistemas de informação, a Autoridade de Gestão do PROMAR utiliza:

- Aplicações informáticas ao nível do processamento de dados, nomeadamente nas áreas de gestão documental (Smartdoc) e ao nível do sistema integrado de informação das Pescas (SI2P);
- Nas áreas de contabilidade e tesouraria este trabalho está assegurado pela DGPA enquanto organismo intermédio com responsabilidade no apoio logístico e administrativo aos órgãos de gestão e acompanhamento do Programa;
- O SI2P é um sistema onde se encontra consolidada a informação necessária a cada departamento da DGPA e que disponibiliza a associação e interligação dos diversos processos da DGPA;
- Encontra-se instituído um mecanismo que garante a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas;
- A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão;
- São atribuídos acessos e passwords aos diferentes utilizadores consoante o seu perfil;
- A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (Existência de Backups).

6 Conclusão

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, tendo em conta a actividade desenvolvida e os resultados alcançados, considera-se que o desempenho da Estrutura de Missão AG do PROMAR é merecedor da expressão qualitativa da avaliação final de “DESEMPENHO BOM”, com uma execução global do QUAR 2010 de 164%.